

Apropriação e gestão de uma “terra” A experiência Waiãpi (Amapá, Brasil) (*)

Dominique T.Gallois

Antropóloga, Universidade de São Paulo

Núcleo de História Indígena e Indigenismo, USP

Assessora do Centro de Trabalho Indigenista/CTI

gallois@dialdata.com.br

1. Situação dos Waiãpi, ontem e hoje.

No panorama da devastação social e ambiental que atinge a maioria das áreas indígenas no Brasil, a atual situação dos Waiãpi representa um caso privilegiado. Vivem numa terra sem invasões, que eles mesmos demarcaram, numa extensão de 603.000 ha. de floresta tropical.

Agora, buscam alternativas de desenvolvimento para a exploração exclusiva dos recursos da terra cujos limites eles construíram, ao longo de muitos anos, na forma de experiência de gestão de um espaço coletivo.

Neste processo, criaram um Conselho de Aldeias / APINA, que procura coordenar a comercialização da produção de 12 aldeias. Contam com a assessoria do Centro de Trabalho Indigenista / CTI (1) que há vários anos apoia suas iniciativas de controle territorial, capacitando os jovens para a gestão dessas atividades.

História de fugas, em busca de isolamento

Ao longo dos três últimos séculos, esta etnia de língua Tupi empreendeu sucessivas migrações rumo ao norte, escapando das frentes de colonização e dos empreendimentos missionários no baixo-Amazonas. No século XVIII, combatendo e/ou incorporando segmentos de outras etnias, conquistaram uma extensa área nas serras situadas entre as bacias dos rios Jari e do Oiapoque. Nesse processo, acabaram se dividindo entre os dois lados da fronteira Brasil / Guiana Francesa, onde vivem cerca de 800 Waiãpi. No Amapá, são 450, distribuídos entre doze aldeias.

A sedentarização, promovida pela Funai

O grupo Waiãpi do Amapá, apesar de ter mantido contatos esporádicos com balateiros, caçadores de pele e núcleos esparsos de ocupação camponesa há 200 anos, viveu em relativo isolamento até 1973, quando o Governo Federal iniciou a construção da rodovia Perimetral Norte. Para “desobstruir” a região da presença indígena e permitir a passagem da estrada, a Funai criou uma frente de atração, que se empenhou em reunir todos os Waiãpi em torno dela.

Iniciava-se a fase de maior risco para a existência deste grupo. Com a atração no posto, a área ficou aberta à levas de invasores que se sucederam para explorar fauna, flora e, principalmente, ouro. Explicitamente desestimulados pelos agentes da Funai, os índios deixaram de exercer atividades produtivas em zonas distantes do posto; atingidos por doenças para as quais não

conheciam cura, praticamente todos os grupos locais Waiãpi concentraram-se em torno da Funai e, posteriormente, de missões evangélicas (SIL e MNTB), na esperança da “proteção” que lhes era prometida contra os invasores. Assim se instaurou um processo de dependência que se incrementou ao longo de 10 anos consecutivos.

Neste período, os Waiãpi construíram uma nova imagem dos brancos, não mais distantes e perigosos, mas ambíguos provedores de bens desejados; essa imagem do outro refletia uma auto-imagem também ambígua, de um povo que precisava de proteção. Uma representação de si mesmos que está transformando, muito lentamente.

Desencanto e volta à floresta

A década de 80 representou um momento de virada rumo à restauração de uma organização política que resgatasse alguns princípios do modo de ser tradicional. O padrão de ocupação dispersa foi retomado, para romper o aprisionamento e as tensões advindas da concentração em torno dos postos assistenciais. Crescia o desencanto com a convivência desses brancos, já que a troca “barata” de artesanato não supria a dependência nos produtos industrializados (principalmente armas de fogo e munição) que esses mesmos agentes introduziam. Por outro lado, continuavam encontrando garimpeiros quando faziam expedições de média distância. Aumentava a decepção com a demora da Funai e da Polícia Federal em atender seus apelos para a retirada dos invasores.

Foi este o contexto que impulsionou um movimento interno pela retomada e a exploração - para fins de subsistência mas sobretudo de comercialização - de uma extensão de terras que passaram a definir como sua e que correspondia basicamente à área ocupada antes da chegada da Perimetral e da Funai.

Nesta fase, os Waiãpi conceituaram seus limites étnico-territoriais, contrapondo-se à visão dos antigos: *“Antes, não havia limites. Só floresta. Não precisava estabelecer limites. Toda essa floresta era nossa. Os antigos só falavam das roças, onde ficavam suas moradas. Delas, abriam caminhos para caçar e visitar outras aldeias. Nossos antepassados só abriam caminhos de caça. Só marcavam esses trechos, só faziam esses percursos. Quando acabava a caça numa área, abriam caminhos em outra direção. E lá ficavam de novo....”* (Chefe Waiwai, Okakai, 1995).

O novo conceito de “limites” surgiu no confronto com invasores. Guiados por alguns líderes mais conscientes da inoperância da proteção oficial, os Waiãpi assumiram expulsar os garimpeiros.

Entre 1983 e 1993, sucederam-se cerca de 20 operações, sob exclusivo controle dos índios. É essencial esclarecer que se os Waiãpi foram capazes de “limpar” sua terra das invasões, é porque essas eram dispersas e de pequeno porte: 10 a 30 garimpeiros em cada local, podiam ser retirados com métodos mais humilhantes (despidos e reconduzidos à Macapá, sob agressões verbais) do que violentos.

Todos as pistas de invasão foram vigiadas, a partir de acampamentos que as famílias iam abrindo, alguns transformados em aldeias. Ao mesmo tempo em que recuperavam porções da área, os Waiãpi passaram a explorar os pontos de garimpo antes usados pelos invasores.

Experimentos para suprir as dependências

Nos anos 70, ao invés de retirar os invasores, os funcionários da Funai facilitavam-lhe a entrada. Foi quando algumas famílias Waiãpi experimentaram a faiscação manual de ouro. Nos anos 80, um número crescente optou não apenas por ocupar, mas por explorar as grotas abandonadas pelos invasores. A partir daí, pesquisaram novos locais, paralelamente às expedições de fiscalização. Mais de um terço dos grupos familiares Waiãpi se dedicam hoje à faiscação de ouro aluvionar, em ritmo sazonal. Garimpar é uma entre outras atividades extrativistas, totalmente integrada ao ciclo de subsistência, que inclui além da agricultura de coivara, a caça, a pesca e a coleta de espécies vegetais para fins de comercialização. Fiscalização e pesquisa de ouro, assim como o extrativismo vegetal, tornaram-se facetas da mesma estratégia de controle territorial.

Para suprir sua demanda em bens industrializados (pano, armas, munição, painéis, lanternas e pilhas - e muito raramente, produtos alimentares) - a primeira alternativa que se apresentou aos Waiãpi foi a de aumentar a rentabilidade de formas tradicionais de manejo da floresta. Incrementaram a coleta de castanha, de copaíba e de frutas diversas, capturavam papagaios, araras, jabutis para a venda, investiram na produção de artesanato e na extração de ouro aluvionar. É relevante mencionar que, por sua própria iniciativa, não se interessaram pela venda de produtos agrícolas, idênticos aos produzidos pela população regional (farinha de mandioca, banana). Pouco a pouco, perceberam que o melhor “marketing” era enfatizar seu modo de vida tradicional na “floresta”, que foi adquirindo para eles valor “étnico”. O ouro, é claro, foi inserido nessa representação, reelaborando-se a mitologia no sentido de atribuir aos criadores míticos a responsabilidade pelo controle do ouro de toda a terra (ver Gallois, 1987 e 1993).

São essas iniciativas que o CTI apoiou, discutindo com os índios a seleção de produtos. Em poucos anos, conseguimos interromper a venda de animais, investimos em testes de comercialização de copaíba (que não deram certo), diversificamos os pontos de venda do artesanato (que continua pouco rentável) e aumentamos a produtividade da faiscação manual de ouro. A garimpagem (assim como os plantios nas picadas - ver abaixo) é a alternativa que mais interessa aos Waiãpi. Repassamos técnicas simples de extração não-predatória, eliminando-se completamente o uso de mercúrio e outras práticas desordenadas de faiscação que os Waiãpi haviam herdado do convívio com garimpeiros. O novo modelo de garimpagem, hoje consolidado, favorece a recuperação das áreas trabalhadas, transformados em sítios de frutíferas nativas. Todos os garimpos explorados pelos Waiãpi são, antes, uma roça, ou seja uma aldeia, capaz de produzir festas de caxiri, etc... e serão, no futuro, capoeiras repletas de frutíferas “para os netos”.

Nenhuma família Waiãpi obtém recursos monetários exclusivamente do ouro, nem do artesanato, ou da venda de produtos vegetais. É, portanto, difícil comparar os ganhos das atividades voltadas à subsistência e daquelas voltadas à comercialização. O extrativismo, que seja mineral ou vegetal, é necessariamente disperso e intermitente, reforçando a autonomia das unidades familiares, tanto ao nível da produção quanto da distribuição. Esta fórmula, adaptada à estrutura social Waiãpi, promove a fiscalização territorial. O mesmo pode ser dito das práticas agrícolas, também caracterizadas por uma intensa rotatividade, que garante tanto o equilíbrio social (dispersão dos grupos locais) quanto a recuperação dos solos. Todas as atividades estão imbricadas no calendário que estrutura as relações sociais inter-comunitárias: há um tempo para as roças, outro para a coleta, outro para o garimpo, outro para a vida ritual nas aldeias...

Assim, o extrativismo waiãpi não pode ser avaliado apenas pelo critério do retorno dos investimentos, que seriam incapazes de criar sustentabilidade a curto prazo. Ele foi de fato subsidiado pelo CTI (viagens dos assessores, equipamentos, combustível, treinamentos, etc...). No

atual formato familiar em que vem sendo realizado, é evidente que a rentabilidade é baixa. Mas, se nossa meta, desde o início, era a sustentabilidade dessas atividades, era necessário primeiro criar experiência na gestão. Os resultados em termos de aprendizado, tanto nas formas de organização do trabalho, quanto no nível puramente técnico da produção e da comercialização, foram positivos. Subsidiar o extrativismo e o controle territorial que lhe é agregado representou uma etapa, essencial, do programa de capacitação desta comunidade.

O que os Waiãpi espera, agora, é aumentar sua independência econômica. Essa expectativa foi reforçada pela demarcação, concluída em 1996.

2. Apropriação e demarcação de uma “terra”

Entre 1983 e 1993, enquanto recuperavam o controle de seu espaço e investiam em novos produtos (e não de “excedentes”) para suprir suas dependências, os líderes passaram a reivindicar sistematicamente a demarcação de sua terra. Sua delimitação vinha sendo alterada em acordo com a ocupação das áreas recuperadas no movimento de descentralização. Propostas sucessivas foram encaminhados à Funai, através da assessoria antropológica que eu vinha dando aos Waiãpi.

A demora da Funai em executar essa demarcação física impacientou os líderes. Sob a alegação de falta de recursos, a Funai adia sua promessa, sucumbindo às pressões (a nível local e federal) de interesses contrários aos índios. Enquanto isso, tentativas de invasão prosseguiram, por garimpeiros e pequenas empresas interessadas na exploração do rico subsolo da área.

Ao cabo de 10 anos de espera, os Waiãpi decidiram “auto-demarcar” suas terras e pediram ao CTI apoio para viabilizar sua iniciativa. Em 1994, a Funai, o CTI e a GTZ (agência de cooperação do governo alemão) firmaram um convênio para executar a demarcação e o monitoramento da TI Waiãpi, em três etapas. A experiência seria uma medida-teste (2) para o plano demarcações a ser realizado pela FUNAI no quadro do PPG7 de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil.

-

Pelo que foi exposto acima, é evidente que os trabalhos que os Waiãpi realizaram em dois anos não constituíram um fim, nem um começo no seu aprendizado de gestão territorial. Foi apenas uma etapa no longo processo de transformação da cosmovisão deste povo, agora em contato com diversos segmentos da sociedade envolvente. Uma etapa em que a terra foi o mote da busca de autonomia. Em outras fases, surgirão outros temas.

Se esta experiência tem algum valor para a reflexão é porque ela representa uma encruzilhada de opções para o futuro de uma comunidade tida como “mantenedora” de seus padrões culturais. Cabe ressaltar que Waiãpi são considerados os “índios bonitos, puros” do Amapá e que eles aprenderam a manipular esta imagem para afirmar-se diante dos regionais e para conseguir apoios. Será esta “autenticidade” apenas um simulacro ?

A produção dos índios: um conceito de terra, uma nova auto-imagem

Entre a primeira proposta de delimitação da área encaminhada à Funai e a conclusão da demarcação, os Waiãpi modificaram radicalmente sua auto-imagem. Era antes construída como uma esparsa rede interna de sociabilidade, que as ameaças externas não chegavam à enrijecer. Hoje, todas as relações com o exterior encontram-se integradas à rede interna. Este foi o processo que gerou a criação de uma noção de território, antes inexistente. Sintetizando, passaram de:

- uma auto-representação não-centralizada (e sem conotação étnica), baseada nos padrões de sociabilidade interna, onde a organização e ocupação territorial limitavam-se à apropriação de percursos historicamente rememorados com que marcavam a grosso modo áreas de trânsito dos grupos locais (*wan*); não existia um “território” mas zonas suporte do “modo de ser fragmentado”, como se pode traduzir a expressão *-ekowa* (lugar onde “eu” vivo meu modo de ser) usada para designar cada unidade local.

- para uma auto-representação étnica, a categoria “nós Waiãpi”, que nasceu do enfrentamento ao modo de ser alheio e que, gradativamente, veio a se expressar na reivindicação de uma base territorial exclusiva: *jane ywy*, nossa terra. Este termo só existe enquanto conceito global acoplado ao “nós Waiãpi”. Não faria sentido, ontem ou hoje, atribuir aos grupos locais uma base territorial. Só há terra para o todo, “waiãpi”. É esse todo que eles produziram, ao longo de duas décadas.

Para tanto, foi necessário gerir novas formas de relacionamento inter-comunitário, em moldes radicalmente diferentes do intercâmbio tradicional, marcado por tensões (nas trocas matrimoniais, rituais e sobretudo de agressões xamanísticas). Quando assumiram realizar a demarcação, os Waiãpi provaram que haviam alcançado uma etapa significativa no longo processo de adaptações sócio-políticas internas à convivência com o exterior.

Se a terra é para os Waiãpi de hoje o suporte de sua etnicidade, o que parece óbvio resultou, na verdade, de um longo processo de aprendizado de gestão do coletivo. Processo que só se cristalizou com a apropriação de uma territorialidade limitada, pois sem limites, nada precisava ser coletivo. A expressão *jane ywy* é uma invenção dos anos 80, usada como sinônimo da auto-designação *Waiãpi*, que tampouco era pronunciada nos anos 70. Ambas são construções em constante transformação.

Este ponto parece-me essencial para retratar a experiência Waiãpi: a apropriação interdependente de limites étnicos e territoriais é necessariamente uma construção em aberto, e por isso não é necessariamente vivida enquanto um “encapsulamento” definitivo.

Assim, a questão da assimilação e defesa de um território parece dizer menos respeito à preservação de formas tradicionais de manejo de um espaço e de seus recursos, que à questões mais delicadas da convivência inter-étnica.

Hoje, várias alternativas são propostas aos índios pelas agências de intervenção, levando-os a refletir sobre a visão que nossa sociedade tem a respeito deles e de seu futuro.

O que significa que, daqui para frente, as opções dos jovens podem seguir outro rumo, não previsto pelas expectativas tradicionalistas dos mais velhos. Eles poderão abraçar a opção de “virar branco” que lhes é proposto pela prática protecionista das agências oficiais.

3. O fracasso do modelo protecionista

A trajetória dos Waiãpi mostra que o processo de territorialização de uma sociedade indígena pode ser conduzido com sucesso fora do modelo superado de política indigenista que utiliza da demarcação como um instrumento autoritário de “proteção” de minorias, tolhendo às comunidades a capacidade de construir e gerir sua própria territorialidade. O que este modelo tem promovido é, apenas, uma garantia precária da terra, que por si só não redundava em controle territorial.

Concepções vigentes de “terra” e “território”

A diferença entre “terra” e “território” remete à distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de demarcação. “Terra” é o processo político-jurídico conduzido sob a égide do estado; “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial. Vale mencionar, nesse contexto, alguns pontos de divergência entre os atores envolvidos na regularização de terras indígenas, no Brasil :

- [N]o senso comum, a questão indígena resume-se à contabilidade “muita terra para pouco índio”. Setores contrários aos interesses indígenas continuam contestando a extensão de terras sob controle dos índios. Não levam em consideração o fato de que da superfície global dessas terras, intrusadas por garimpeiros, madeireiras, estradas, hidrelétricas, linhas de transmissão, núcleos de colonização, etc...

- [P]ara a Funai, que exerce a tutela e deve garantir os direitos indígenas, a demarcação é uma ação pretensamente neutra, que “*intenta colocar-se acima dos conflitos, sugerindo a imagem de equilíbrio e de conciliação de interesses*” (Oliveira, 1989); ou seja, continua negando os ganhos obtidos na Constituição de 1988, que enfatiza os “direitos originários” dos índios sobre suas terras, independentemente da demarcação.

- [C]omo há raramente conciliação, os índios se organizaram em inúmeras associações, ocupando espaço no cenário deste debate; com isso, deixaram de representar uma categoria transitória de “primitivos”, atuando como porta-vozes de reivindicações desenvolvimentistas, muitas vezes discordantes.

- [A] participação de Ongs cresce no campo técnico de alternativas “educativas” para o fortalecimento de processos de territorialização indígena; um conjunto de experiências, ainda desconexas, evidencia que o apoio à defesa de territórios indígenas se concentra no fomento à micro-processos de afirmação étnica (e não pan-indígenas), multiplicando experiências de gestão que se distanciam cada vez mais do modelo assistencialista oficial.

No que diz respeito à extensão das terras ocupadas pelos índios, a discordância entre os diferentes atores envolvidos na questão da regularização de terras indígenas no Brasil reflete um confronto nitidamente constituído entre parceiros históricos (pesquisadores, ongs, igreja e alguns setores governamentais) e inimigos históricos (os setores desenvolvimentistas).

Já, no que diz respeito à gestão dos recursos dessas terras pelos índios, as divergências são mais sutis e refletem diferentes concepções acerca do futuro dos índios. Muitos setores que se identificam como “aliados” dos índios, continuam julgando-os incapazes de manter sozinhos a proteção de suas terras.

Fica evidente, nesse pano de fundo, a ausência total de diálogo entre a atuação do órgão oficial (agora no quadro do PPG7, recém iniciado e com imensas dificuldades) e as iniciativas de grupos indígenas que, como os Waiãpi, construíram uma nova territorialidade a partir da qual estão agora aprendendo a gerir sua autonomia econômica. “Economia” essa que, como indicado acima, nasce da dependência gerada pela própria política protecionista.

O assistencialismo

Ao assumir a autoria e a condução das ações demarcatórias (em 1/3 das demarcações previstas no quadro do PPG7) a FUNAI aniquila os objetivos esperados do próprio ato protecionista. Como afirma Oliveira: *“A relação entre o Estado e os grupos indígenas, no contexto da demarcação, não lhes permite viver a consecução dela como objeto de sua própria ação. Rouba-lhes a condição de sujeito e estimula um descompromisso com a manutenção dos marcos divosores assentados (na demarcação). O assistencialismo incute uma idéia de aguardar a vigilância do órgão tutor..”(1989).*

Ao privilegiar aspectos administrativos e técnicos na ação demarcatória, a Funai tem inviabilizado a condução do processo pelos índios. No campo oposto, as Ongs defendem as “auto-demarcações”, apoiando a mobilização das comunidades e incrementando um ideal de apropriação exclusiva da terra, indispensável à sua proteção a longo prazo.

As experiências acumuladas no Brasil nas últimas décadas já provaram o fracasso do protecionismo oficial. Fica patente na contínua invasão e depredação de inúmeras terras indígenas que foram demarcadas sem a participação dos índios. Quando recebem os limites e a demarcação prontos, os índios raramente se envolvem na sua preservação.

Há anos, portanto, sabe-se que uma efetiva proteção não pode ser mantida em caráter permanente senão pela intervenção dos grupos indígenas. Quem, fora os índios, irá delimitar e defender uma terra?

O que nos leva à questão essencial: o ponto de partida deste processo não se situa na demarcação, mas nos procedimentos de identificação das áreas indígenas, ou seja, relaciona-se a todo o processo de construção de limites e de uma noção de “território” pelos índios. Esta é uma alternativa que experiência Waiãpi representa.

Onde esbarra esta alternativa ?

Considera-se a demarcação uma obrigação do estado. Esse argumento é condizente com a postura humanitarista no senso comum segundo a qual demarcar é parte de nossa “dívida” para com os índios. É no entanto questionável a perpetuação desta atitude no novo cenário em que se insere, hoje, a “questão indígena” :

- há dados suficientes para provar que a entrega de uma terra demarcada aos índios não significa necessariamente uma melhoria nas suas condições de existência, já que sem fiscalização permanente, a demarcação não resulta em posse exclusiva;

- há conhecimento acumulado evidenciando que não há fiscalização viável sem a

participação das comunidades envolvidas;

- já se sabe que nenhum plano de proteção pode ser formulado sem medidas de desenvolvimento; é preciso garantir o atendimento às demandas geradas pela convivência inter-étnica que a defesa de uma terra pressupõe (3).

Pensar a proteção da terra é portanto pensar ao mesmo tempo a sustentabilidade de um modo de vida dentro desta terra. Uma correlação que a prática indigenista da Funai ainda não incorporou. Finda a demarcação, os agentes deste órgão voltam ao assistencialismo que sempre praticaram, propondo aos índios mecanismos de sobrevivência imediatistas, através da cooptação ao modo de vida não-indígena (salários, aposentadorias, tickets alimentação, etc...).Porque tanto esforço e investimento para demarcar terras ?

4. Possíveis extensões da experiência Waiãpi

Gerindo o próprio “encapsulamento”

Se admitimos que terra é uma nova relação com o exterior, apropriada pelos índios no contexto do enfrentamento étnico (4), cabe questionar a apreciação negativa que se costuma fazer a respeito dos desdobramentos desse processo. Segundo Oliveira: *“(a apropriação de um território) passa pelo estabelecimento de uma pax colonial, onde os remanescentes das sociedades indígenas são, não apenas expropriadas de terras anteriormente ocupadas, mas encapsulados em espaços limitados e passam a ter uma sociabilidade fraturada, necessariamente articulada com as normas, valores e interesses da sociedade nacional” (1989).*

Tal encapsulamento não é necessariamente vivido como sociabilidade limitada ou exclusivamente orientada por interesses externos. O processo de rearticulação que a territorialização promove é parte de um processo mais amplo de produção cultural da diferença. A invenção de novos termos de relacionamento não eliminam, necessariamente, todos os planos de vivência tradicional.

Se insistimos em questionar a postura que radicaliza a oposição dentro/fora, ou tradicional/novo, no qual apenas os primeiros termos são valorizados, é porque ela justifica a perpetuação de uma política indigenista de caráter protecionista, que debilita a capacidade dos índios de produzir formas culturais direcionadas à gestão de seu futuro.

Por outro lado, no que toca ao território, a valorização da oposição dentro/fora escamoteia o fato de que os índios podem **não** perceber a demarcação como um encapsulamento definitivo. O processo de territorialização, como o de constituição étnica, inclui permanente revisão de limites, tanto espaciais quanto sociais e políticas.

Isso porque as afirmações identitárias não são necessariamente limitadas à contraposição étnica. Elas são sobretudo afirmações de caráter social e cultural. O que os Waiãpi pretendem para o futuro é a continuidade de um “modo de ser”, que implica na preservação de um padrão de relações internas que a demarcação não aboliu (5). Para eles, como para alguns grupos na Amazônia, defender a terra não se limitou a resguardar um meio de produção, mas um espaço de afirmação política. *“Demarcamos para que nossos netos continuem vivendo como nos sempre vivemos.*

Separados de vocês, karaiko” (Kumai, 1994).

Não estão se fechando, entretanto, aos conhecimentos, serviços e bens de fora. Os Waiãpi, aliás, o demonstraram através de múltiplas demandas: não querem estudar apenas sua língua na escola, mas aprender matemática e português; desejam ter motoristas, mecânicos, videastas, todos Waiãpi, etc... Expectativas que se tornarão exequíveis na medida em que conseguirem provar sua eficácia política, desafiando o assistencialismo estatal, que para se perpetuar deve continuar apostando na fragilidade dos índios, que justifica procedimentos autoritários de proteção.

A busca de alternativas econômicas

A garantia da terra que os Waiãpi conquistaram realimentou a discussão das alternativas produtivas capazes de atender, à médio prazo, sua crescente demanda em bens e serviços. Note-se que é uma demanda ainda reduzida se comparada à de outros grupos indígenas, mas que os Waiãpi esperam poder suprir de forma não dependente de financiamentos externos.

Efetivamente, há algum tempo, os Waiãpi chegaram a conclusão de que, para superar a instabilidade dos apoios financeiros que o CTI vem lhes repassando e que sabem limitados, devem incrementar (mudando a escala) e diversificar (pesquisando novos produtos) sua produção destinada à comercialização. Nessa discussão, muitos concluíram que apenas o ouro “vale mesmo” (para os Waiãpi que “garimpam”, este é o único produto extrativo que efetivamente compensa o esforço e pode ser comercializado sem dificuldades de armazenamento). Felizmente, os recursos disponíveis (financeiros e técnicos) no CTI durante a demarcação, possibilitaram a implantação de uma nova alternativa: o plantio de frutíferas em faixas das picadas abertas nas linhas secas da demarcação. Nesta opção, também foi possível conjugar vantagens econômicas e controle territorial, já que a manutenção das plantações reverte em fiscalização sistemática dessas faixas de limites (6). A “sinalização” da ocupação através de plantios é tradicional entre os Waiãpi, que continuam cuidando da produção das plantações de seus antepassados (urucu, flecha e sobretudo pupunha) nas antigas capoeiras. A existência ou não de acesso, para escoamento da produção, orientou a seleção dos plantios em cada uma das picadas. Como os Waiãpi esperam obter um retorno econômico, empenharam-se numa plantação em grande escala (6.000 mudas de cupuaçu e pupunha) na faixa leste da área.

No que toca à garimpagem de ouro, os Waiãpi também estão discutindo a transição do extrativismo “subsidiado” e “de subsistência” para uma produção em maior escala e auto-sustentada. Essa mudança surge, evidentemente, da avaliação da experiência anterior, que representou uma fase de “aprendizado” que eles desejam superar.

Uma fase delicada, com desafios conceituais que sintetizamos a seguir:

- O principal desafio reside na escolha de alternativas complementares - e não substitutivas - às práticas tradicionais. O extrativismo de subsistência continuará garantindo a autonomia ao nível familiar, mas nunca poderá cobrir a demanda coletiva (manutenção de equipamentos, estadias na cidade para a venda da produção e para defesa de seus interesses junto aos órgãos oficiais).

- O ponto nevrálgico na mudança de escala de produção não depende da adaptação das formas de produção propriamente ditas, mas dos modos de distribuição; dependerá da capacidade dos Waiãpi em “coletivizar” parte de seus benefícios, passando da gestão familiar à gestão comunitária dos recursos monetários obtidos de suas atividades produtivas. Tradicionalmente, produção e distribuição reduzem-se à escala familiar, sem necessidade de acúmulo, já que a floresta fornecia todos os recursos necessários. Em função das dependências criadas no contato, os Waiãpi aprenderam a extrair “produtos” destinados exclusivamente à satisfação de suas necessidades domésticas. Uma limitação relacionada ao modelo assistencial vigente, que nunca exigiu da comunidade participação nos custos de manutenção de uma infraestrutura que não só não lhes pertence como ele deveriam controlar há muito tempo.

- É também em função deste modelo sustentado que os Waiãpi habituaram-se à considerar o dinheiro obtido da venda de seus produtos como puro lucro, para gastar em necessidades e curiosidades pessoais. Enquanto os ganhos eram pequenos, limitavam-se a adquirir suprimentos estritamente necessários. Com o aumento da produção, o APINA procura, com muita dificuldade, canalizar parte dos recursos à manutenção da infraestrutura das aldeias. Hoje, os Waiãpi estão conscientes de que os investimentos do CTI na manutenção desta infraestrutura irá terminar em breve. Por isso, estão tão interessados na implantação de atividades em maior escala.

- A demanda dos Waiãpi em ampliar sua produção extrativista expressa também uma expectativa de autogestão. Os líderes Waiãpi desejam que os jovens "aprendam" a controlar cotas de combustível, manipular dinheiro e contas de banco e todas as tarefas que lhes permitirão, a médio prazo, ampliar e controlar tanto a produção quanto a comercialização de ouro e plantios. Esse aprendizado exige assessoria qualificada (que depende de financiamentos...) para incrementar a experiência dos índios na administração, de treinamentos que ampliem seu quadro de referências e lhes permitam adequar os parâmetros internos de gestão às exigências externas (das agências financiadoras, da política regional e nacional, etc...), que todas exigem um grau mínimo de “coletivização”.

- Os impactos sócio-políticos da mudança de escala nas atividades produtivas também devem ser considerados. Quando começaram a vender diretamente sua pequena produção de ouro e outros produtos extrativistas no mercado regional, os Waiãpi passaram de meros espectadores de uma atividade realizada predatoriamente por terceiros, para a posição de *produtores*, inseridos no mercado local. Com isso, os estereótipos com os quais a população regional os identificava estão se alterando: não são mais tidos como brasileiros privilegiados vivendo à sombra do Estado e dispendo de uma terra farta em recursos porém indisponíveis; são produtores e são compradores, capazes de movimentar o mercado local e realizar suas atividades econômicas sem prejuízo ambiental (detêm uma técnica garimpeira não-predatória que é comentada de boca em boca em Macapá). A mudança de escala pretendida pelos Waiãpi, sob supervisão do CTI e do APINA, ampliará este aspecto positivo da inserção dos Waiãpi em seu ambiente regional.

As modalidades de controle territorial que os Waiãpi vem praticando foram bem sucedidas porque mantêm-se adaptadas tanto às características ambientais da área quanto à sua organização sócio-política. Sabemos entretanto que se não forem apoiados a gerir as alternativas de produção e de comercialização que eles selecionaram e vem praticando hoje de forma socialmente equilibrada, eles serão gradativamente levados a incorporar soluções imediatistas e predatórias vigentes na Amazônia e em inúmeras áreas indígenas, para fazer frente à suas crescentes

necessidades.

Nem todos os Waiãpi tem consciência dos impactos desestruturadores das soluções imeditistas, promovidas insistentemente pelas agencias oficiais de “proteção” .

É para a reformulação radical da política indigenista oficial do estado brasileiro que este texto procurou contribuir, com a descrição de uma experiência localizada, mas passível de ser estendida à demarcação de outras áreas indígenas da Amazônia.

Notas

(*) Uma primeira versão deste texto foi apresentado à Conferência sobre Derechos Indigenas y Conservacion de la Naturaleza - Assuntos Relativos a la Gestion, IWGIA/FPP - Pucallpa, Peru, 03/97

(1) A assessoria direta que o CTI vem dando aos Waiãpi contou com apoio da Secretaria de Meio Ambiente/ SEMAM e da Comissão da Comunidade Européia/CCE. A demarcação foi realizada com financiamento da Agência de Cooperação da Alemanha. Em 1997, a fiscalização da TI Waiãpi contará com apoio do PPTAL; o PD/A aprovou um projeto para a despoluição da área mais afetada pelas invasões nos anos 70; as atividades educativas contarão com apoio da Rain Forest da Noruega. Os diferentes programas em curso na área também contam como o apoio do Projeto Vídeo nas Aldeias, do CTI, que promove a discussão e a difusão, interna e externa, das iniciativas tomadas por este povo. A equipe do CTI inclui dois técnicos de campo e um técnico administrativo; os demais assessores (geólogo, educadores, antropólogos) realizam visitas periódicas para treinamentos e avaliação.

(2) A demarcação Waiãpi não representa a única experiência de demarcação não-convencional realizada nos últimos anos: os Kulina e os Tikuna, além de outros casos no Acre, realizaram experiências dessa natureza, com apoio de ongs.

(3) cfr. Viveiros de Castro, “é irreal imaginar uma soberania absoluta das comunidades indígenas dentro de seu território; as sociedades indígenas não são autarquias: dependem economicamente da sociedade nacional. A garantia pura e simples de um territoria tribal não assegura a sobrevivência das populações indígenas. Se não meditar sobre as condições de comunicação economica entre a economia indígena e a economia nacional, haverá um esvaziamento das possíveis reservas/áreas”.

(4) Estudos etnográficos entre povos da Amazônia enfatizam a inexistência de uma noção de território como base estruturante da cosmologia e da organização social: “*A relação entre uma sociedade indígena e seu território não é natural ou de origem... Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas*” (Oliveira,1989).

(5) Como afirmava Nazaré: “*Agora estamos satisfeitos, porque vamos poder continuar visitando uns aos outros, passear de aldeia em aldeia e os netos vão poder abrir novos caminhos de caça*”. Esses não são valores étnicos, mas culturais: para os Waiãpi, é indispensável manter a

diferenciação interna, a dispersão territorial e a capacidade de cada indivíduo marcar sua autonomia através da abertura de percursos de caça apropriados individualmente.

(6) Se o objetivo de uma demarcação física é de manter-se “visível”, placas e marcos de cimento não garantem esta meta. Quanto às picadas abertas nas linhas secas (no caso Waiãpi, num total de 73 km), se não forem utilizadas para alguma atividade de interesse dos índios, sua manutenção exige esforços e custos elevados. Como alternativa ao esquema convencional de reavivitação dos limites, o PDW apoiou uma iniciativa dos Waiãpi, que sempre sinalizaram suas áreas de ocupação através de plantios (urucum, flecha, e sobretudo pupunha) e que sistematicamente “cuidam” das plantações que seus antepassados deixaram em capoeiras dispersas por toda a área. Aliás, no Amapá, a população regional também identifica, nessas plantações (particularmente a pupunha, que só nasce “plantada”), marcas da presença indígena.

Referências bibliográficas:

Instituto Sócio Ambiental / ISA - Aconteceu Povos Indígenas no Brasil, 1991/95 - São Paulo, 1996.

Centro de Trabalho Indigenista - Relatório Final do Projeto Demarcação Waiãpi - São Paulo, 1996.

Gallois, D.T - Migração, guerra e comércio: os Waiãpi na Guiana, série Antropologia n.15, FFLCH/USP, 1986.

- O discurso Waiãpi sobre o ouro: um profetismo moderno, Revista de Antropologia, vol.30/31/32, São Paulo, 1987/88/89.

- De arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas isolados", in: Índios no Brasil, Coord. Luís D.B.Grupioni, Sec. Municipal de Cultura, Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.

- *Jane ayvu kasi*: discurso político e auto-representação Waiãpi, in: Imagens do Branco, Coord. Bruce Albert e Alcida R. Ramos, UNB/ORSTOM, Brasília (1991, no prelo).

- *Jane karakuri*: o ouro dos Waiãpi. A experiência de um garimpo indígena - in: Sociedades Indígenas e Transformações Ambientais, Org. A.C.Magalhães, NUMA/UFPA, Belém, 1993.

- Mairi Revisitada: a reintegração da Fortaleza de Macapá na tradição oral dos Waiãpi - NHII/FAPESP, 1994.

Oliveira, João Pacheco - Terras indígenas no Brasil: uma tentativa de abordagem sociológica - Boletim do Museu Nacional, vol.44, Rio de Janeiro, 1983.

- Os poderes e as terras indígenas - PPGAS, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1989.

- Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas - Travessia, IX/24, 1996.

Seeger, A. & Viveiros de Castro, E. - Terras e territórios indígenas no Brasil, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

Documentários em vídeo:

1994. “*Meu Amigo garimpeiro...*” (25’) - Equipe do Programa Waiãpi, Vídeo nas Aldeias, CTI,

1996. *Placa não fala* (27’) de Dominique Gallois e Vincent Carelli, Vídeo nas Aldeias, CTI,